

12496 - (In)segurança alimentar em uma comunidade do interior da Paraíba

Food (in)security in a inner community of Paraíba State

OLIVEIRA, Vanuze Costa de ¹; SANTOS, Shirleyde Alves dos²; ALMEIDA, Luciana dos Santos³; COSTA, Rhayssa Vieira Soares da⁴

¹Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)/Departamento de Agroecologia e Agropecuária, vanuze.costa@gmail.com; ²UEPB/Departamento de Agroecologia e Agropecuária, shirleyde.santos@gmail.com; ³UEPB/Departamento de Agroecologia e Agropecuária, annalmeida.s@gmail.com; ⁴UEPB/Departamento de Agroecologia e Agropecuária, rhayssavieira@hotmail.com

Resumo: A Segurança alimentar e nutricional é a garantia de condições de acesso aos alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esta é uma realidade distante em diversas regiões do Brasil. No cotidiano de famílias que vivem sem acesso permanente a qualquer alimento, a qualidade do cardápio é o que menos importa. O objetivo deste trabalho foi diagnosticar a (in)segurança alimentar e nutricional de famílias da comunidade do Chã do Marinho, Paraíba. Foram entrevistadas 47 famílias. Foi aplicado um questionário composto por: Caracterização da família, Dados sócio-demográficos e Escala Brasileira de Insegurança Alimentar/EBIA. Dos indivíduos entrevistados 42% são agricultores, com renda familiar baixa e famílias numerosas. Com relação à EBIA, as famílias foram classificadas em: 9% de segurança alimentar, e 91% de insegurança alimentar (sendo 44% leve, 30% moderada e 17% grave).

Palavras-Chave: segurança alimentar e nutricional; soberania alimentar; vulnerabilidade social.

Abstract: The food and nutritional security is the guarantee of access to basic food, insurance and quality, in sufficient quantity, permanently and without compromising access to other essential needs. This is a distant reality in many regions of Brazil. In the everyday life of families living without access to any food, the quality of the menu is the least important. The objective of this study was to detect the (in)security food and nutritional status of families of Chã do Marinho, Paraíba. 47 families were interviewed. A questionnaire was composed of: characterization of the family, socio-demographic data and Brazilian Food Insecurity Scale /EBIA. 42% of the interviewees are farmers, with low family income and large families. Regarding to EBIA, families were classified as: 9% of food security, and 91% of food insecurity (44% mild, 30% moderate and 17% severe).

Key Words: food and nutritional security; food sovereignty, social vulnerability

Introdução

O conceito de “segurança alimentar” começou a ser utilizado após a segunda guerra mundial e era focado no aumento da oferta de alimentos para tornar os países autossuficientes, principalmente no continente europeu. Assim, a segurança alimentar também contribuiria com a balança comercial dos países (ORTEGA, 2010).

No início da década de 1970, uma forte crise da oferta de alimentos motivou a realização

da I Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO, que tinha como prioridades: intensificar a produção de alimentos; ampliar a utilização de insumos modernos; ampliar a pesquisa agrônômica; melhorar as atividades de extensão e capacitação aos agricultores; implantar políticas e programas para melhorar a nutrição, dentre outras. Ou seja, a segurança alimentar ainda estava estritamente ligada à produção agrícola (ORTEGA, 2010).

Este conceito foi sofrendo alterações ao longo do tempo e, na Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada no Brasil, em 1994, a Segurança alimentar e nutricional (SAN) ficou definida como “garantia de condições de acesso aos alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”.

Desta forma, o conceito de SAN envolve a qualidade dos alimentos, as condições ambientais para a produção, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população (FREITAS & PENA, 2007).

Um aspecto que não deve ser esquecido é que as estratégias de desenvolvimento rural devem priorizar o aumento crescente da oferta de alimentos, com comida de boa qualidade. Sendo fundamental, então, que as políticas implementadas pelos estados nacionais incorporem conceitos básicos como o de soberania alimentar (CAPORAL, 2009).

Para a construção de uma soberania alimentar, devem existir políticas e estratégias que estimulem a produção sustentável, a distribuição e o consumo de alimentos no sentido de atender o direito à alimentação de toda a população, respeitando as características culturais e hábitos alimentares da população; e isto requer a articulação de inúmeras formas de intervenção do Estado, associadas entre si e com perspectivas de curto, médio e longo prazos (CAPORAL, 2009).

A segurança para se alimentar com qualidade e em quantidade suficientes é um direito social a ser assegurado pelo Estado, ou seja, um direito do cidadão em não sentir medo de viver sob a ameaça de fome (FREITAS & PENA, 2007). O que, infelizmente, na prática não acontece, principalmente em regiões carentes, como é o caso de algumas comunidades do interior da Paraíba.

O sofrimento de quem vive em vulnerabilidade social é determinante de como a pessoa consegue se manter e suportar as condições adversas, com por exemplo não ter o suficiente para comer. Assim, no cotidiano de indivíduos que vivem sem acesso permanente a qualquer alimento, a qualidade do cardápio é o que menos importa.

Conhecer a prevalência de (in)segurança alimentar é de grande importância para a avaliação das condições de vida e, conseqüentemente, para o planejamento de políticas públicas de combate à fome.

O objetivo deste trabalho foi diagnosticar a (in)segurança alimentar e nutricional da comunidade do Chã do Marinho, que está localizada na zona rural, na divisa do município de Lagoa Seca com Massaranduba, no interior da Paraíba, e abriga aproximadamente 400 famílias, que vivem em vulnerabilidade social.

Metodologia

Foram entrevistadas 47 famílias, escolhidas aleatoriamente. Um questionário foi aplicado para coleta de dados composto por: Caracterização da família, Dados sócio-demográficos e Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

A classificação das famílias segundo segurança alimentar e graus de insegurança foi feita conforme a metodologia da EBIA.

O desenvolvimento da EBIA é resultado da adaptação e validação da escala do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Dos 15 itens da escala, nove são relativos aos adultos moradores no domicílio e seis às crianças. A cada pergunta da escala são dadas as alternativas de respostas "Sim" e "Não" (IBGE, 2006)

A pontuação atribuída a cada domicílio corresponde ao número de respostas afirmativas às perguntas da escala: quando o entrevistado responde negativamente a todas as questões da escala, a família é classificada em situação de Segurança Alimentar (S.A.), até 5 respostas positivas, Insegurança Alimentar Leve (I.A.L), o que representa restrição na qualidade dos alimentos consumidos; de 6 a 10 respostas positivas, Insegurança Alimentar Moderada (I.A.M), representando restrição na quantidade de alimentos e de 11 a 15 respostas positivas, Insegurança Alimentar Grave (I.A.G), que representa um estado no qual a família convive com a situação real de fome, onde as pessoas deixam de realizar refeições ou mesmo ficam até um dia inteiro sem comida (VIANNA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

Para famílias somente com adultos, a escala classifica em Segurança Alimentar (S.A.), quando todas as respostas são respondidas negativamente, em Insegurança Alimentar Leve (I.A.L): de 1 a 3 respostas positivas, Insegurança Alimentar Moderada (I.A.M): de 4 a 6 respostas positivas, Insegurança Alimentar Grave (I.A.G): de 7 a 9 respostas positivas (VIANNA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

Este trabalho foi realizado como atividade do componente curricular "Gestão de Qualidade e Segurança Alimentar", do curso de Agroecologia da UEPB.

Resultados e discussão

Caracterização das famílias e dados sócio-demográficos: A principal ocupação dos entrevistados foi a agricultura (42%), e 52% tinham apenas o Ensino Fundamental Incompleto. A renda familiar mensal de 72% das famílias é de 1 salário mínimo ou menos. O número de moradores em cada residência variou de 1 a 11 pessoas, sendo que 40% das residências tinham de 4 a 7 moradores. Em 32% das residências havia menores de 18 anos.

Classificação da (In)segurança alimentar: Como pode ser observado na figura 1, o nível de insegurança alimentar das 47 famílias entrevistadas é alto, onde 91% das famílias entrevistadas apresentam algum grau de insegurança alimentar.

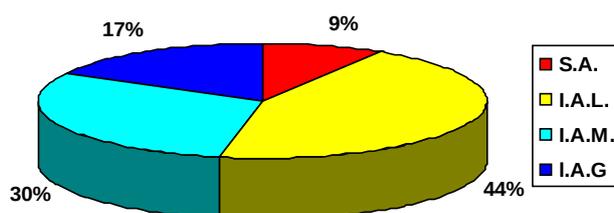


Figura 1: Classificação da (in)segurança alimentar de famílias da comunidade do Chã do Marinho/Paraíba

Uma alimentação adequada é essencial a uma vida digna, e o (acesso) direito à alimentação é um dos princípios éticos que ordenam as sociedades contemporâneas. Entretanto, os direitos sócio-econômicos ainda são uma realidade distante em diversas regiões mundiais, e, mais especificamente, em nosso país (GOMES Jr; ALMEIDA FILHO, 2010), como mostram os dados acima relatados.

Sabe-se que perto de um milhão de habitantes deste planeta padecem de fome e subnutrição. Países como o Brasil não alcançaram níveis de autosuficiência na produção dos alimentos básicos de sua população, ainda que sejamos um dos maiores produtores de grãos, fibras e outras matérias primas (CAPORAL, 2009). Por isso, a realidade da comunidade do Chã do Marinho, no interior da Paraíba, é tão comum.

Em um inquérito populacional realizado com 4533 famílias de 14 municípios da Paraíba, em outubro de 2005, observou-se prevalência de 11,3% de insegurança alimentar grave, 17,6% de insegurança moderada, 23,6% de insegurança leve; 47,5% da população foram classificadas em situação de segurança alimentar. A falta de dinheiro para a aquisição de alimentos e a falta de produção agrícola foram os motivos mais referidos, sendo ambos mais freqüentes na área rural (VIANNA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

No presente trabalho, as famílias apresentaram uma renda familiar muito baixa, o que reafirma os resultados encontrados por Vianna & Segall-Corrêa (2008), com relação à falta de dinheiro para a aquisição de alimentos.

Por outro lado, os princípios da agroecologia podem ser trabalhados mostrando que é possível reorientar os cursos alterados dos processos de uso e manejo dos recursos naturais, de forma a ampliar a inclusão social, reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos saudáveis para todos os brasileiros (CAPORAL, 2009).

Segundo Vianna & Segall-Corrêa (2008), a realização de estudos em diversas regiões do Brasil, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, possibilita aumentar a compreensão sobre este fenômeno, e encontrar formas de enfrentamento por meio de políticas públicas promotoras do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia de Segurança Alimentar e Nutricional.

A realização deste trabalho proporcionou o conhecimento da realidade desta comunidade bem como a possibilidade de desenvolvimento de um projeto de segurança alimentar e

nutricional, através de uma metodologia participativa.

Bibliografia Citada

CAPORAL, F. R.. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília, 2009.

FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L.. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**. Campinas, São Paulo. 20 (1): 69-81, jan/fev, 2007.

GOMES J. R. N. N.; ALMEIDA FILHO, N.. Segurança alimentar e nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. In: ALMEIDA FILHO, N.; RAMOS, P. (orgs). **Segurança alimentar**: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2010.

ORTEGA, A. C.. Segurança alimentar, desenvolvimento e o enfoque territorial rural: uma proposta. In: ALMEIDA FILHO, N.; RAMOS, P. (orgs). **Segurança alimentar**: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2010.

VIANNA, R. P. T.; SEGALL-CORRÊA, A. M.. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Revista de Nutrição**. Campinas, São Paulo. 21(Suplemento): 111s-122s, jul./ago., 2008.

IBGE. **IBGE traça perfil inédito sobre segurança alimentar no Brasil**. Maio, 2006. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=600